



PROCESSO Nº TST-RR-18200-11.2007.5.02.0008

A. C Ó R D Ã O
(5ª Turma)
GDCJPS/arn

I - AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO ANTES DA VIGENCIA DA LEI Nº 13.467/2017. DECISÃO MONOCRÁTICA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. ANÚNCIOS DE EMPREGO DISCRIMINATÓRIOS. ATO ILÍCITO QUE PRECEDE À FORMAÇÃO DA RELAÇÃO DE EMPREGO. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

Tendo em vista possível violação do art. 114, I, da Constituição Federal, dou provimento ao recurso de agravo interno para adentrar no exame do agravo de instrumento.

Agravo interno provido.

II - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO ANTES DA VIGENCIA DA LEI Nº 13.467/2017.

COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. ANÚNCIOS DE EMPREGO DISCRIMINATÓRIOS. ATO ILÍCITO QUE PRECEDE À FORMAÇÃO DA RELAÇÃO DE EMPREGO. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

Mostra-se prudente o provimento do agravo de instrumento para determinar o processamento do recurso de revista, para prevenir possível violação do art. 114, I, da Constituição Federal.

Agravo de instrumento provido.

III - RECURSO DE REVISTA REGIDO PELA LEI Nº 13.015/2014 E INTERPOSTO ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017.

Discute-se nos autos a competência desta Justiça Especializada para processar e julgar ação com a finalidade de proibir publicação, por jornais de grande circulação, de anúncios de emprego com cunho discriminatórios.

A Constituição Federal é categórica ao definir que compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações



PROCESSO Nº TST-RR-18200-11.2007.5.02.0008

oriundas da relação de trabalho (Art. 114, I).

O quadro fático é de que a hipótese é de relação de consumo, ou seja, não oriunda de relação de trabalho, com pretensão de coibir jornal de grande circulação de publicar anúncios de emprego, como já ressaltado, com cunho discriminatório. Diante desse contexto, o acórdão do Regional, ao admitir a competência da Justiça do Trabalho, violou o art. 114, I, da Constituição Federal.

Recurso de revista conhecido e provido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Revista nº **TST-RR-18200-11.2007.5.02.0008**, em que é Recorrente **EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.** e Recorrido **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**.

A parte interpõe agravo regimental contra a decisão monocrática mediante a qual foi negado provimento ao agravo de instrumento, com fulcro no artigo 932, IV, do CPC (correspondente ao art. 557, *caput*, do CPC/1973).

Em síntese, o agravante propugna pela reforma da decisão proferida. Sustenta que a incompetência da Justiça do Trabalho para processar e julgar demanda não oriunda da relação de trabalho. Aponta ofensa aos dispositivos de lei, da Constituição Federal e de súmula de jurisprudência desta Corte especificados em seu arrazoado recursal, além de carrear arestos para o cotejo de divergência jurisprudencial.

É o relatório.

V O T O

I - AGRAVO INTERNO



PROCESSO Nº TST-RR-18200-11.2007.5.02.0008

1 - CONHECIMENTO

Conheço do agravo, porque atendidos os pressupostos de admissibilidade recursal.

2 - MÉRITO

A reclamada interpõe agravo interno contra a decisão monocrática, mediante a qual foi negado provimento ao agravo de instrumento.

Em síntese, propugna pela reforma da decisão proferida. Sustenta a incompetência da Justiça do Trabalho para processar e julgar demanda não oriunda da relação de trabalho. Aponta ofensa aos dispositivos de lei, da Constituição Federal e de súmula de jurisprudência desta Corte especificados em seu arrazoado recursal, além de carrear arestos para o cotejo de divergência jurisprudencial.

Ao exame.

A decisão monocrática fundamentou a negativa de seguimento recursal nos seguintes elementos:

“PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRT 2ª Região
RO-00182-2007-008-02-00-3 - Turma 4
Recurso de Revista
Recorrente(s):EMPRESA FOLHA DA MANHA S/A
Advogado(a)(s):MARCELO COSTA MASCARO NASCIMENTO
(SP - 116776-D)
Recorrido(a)(s):MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 2º
REG
Advogado(a)(s):DANIEL AUGUSTO GAIOTTO (SP - 172777-D)
A E. Turma determinou o retorno dos autos à MM. Vara de Origem.



PROCESSO Nº TST-RR-18200-11.2007.5.02.0008

Ainda que se considere a nova redação atribuída à Súmula 214/TST (Resolução 127/2005, do Colendo TST), cuidando-se de decisão interlocutória, não passível de recorribilidade imediata, por meio de recurso de revista, inviável o seguimento do apelo, a teor do § 1º, do art. 893, da CLT.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista.”

“PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT 2ª Região

RO-0018200-11.2007.5.02.0008 - Turma 4

Lei 13.015/2014

Recurso de Revista

Recorrente(s):Empresa Folha da Manhã S/A

Advogado(a)(s):MARCELO COSTA MASCARO NASCIMENTO
(SP - 116776-D)

Recorrido(a)(s): Ministério Público do Trabalho

Advogado(a)(s):PROCESSOS COM INTERVENCAO DO
M.PUB.TRAB (SP - 999997-D)

Recurso enviado por petição eletrônica - e-Doc -, nos termos do Ato GP nº 05/2007 deste E. Regional.

Em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 896 da CLT, passo ao exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos de revista apresentados. Os aspectos da transcendência jurídica e a constitucionalidade ou não da Medida Provisória que a instituiu são assuntos pertinentes à admissibilidade exercida pelo MM. Juízo ad quem quando processado o apelo.

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso (decisão publicada em 10/04/2015 - fl. 665; recurso apresentado em 17/04/2015 - fl. 666).

Regular a representação processual, fl(s). 102 e 103.

Satisfeito o preparo (fls. 508, 507 e 682 verso).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS



PROCESSO Nº TST-RR-18200-11.2007.5.02.0008

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Jurisdição e Competência / Competência.

Alegação(ões):

- violação do(s) artigo 114, da Constituição Federal.
- violação do(a) Código de Processo Civil, artigo 112; artigo 113, §2º.
- divergência jurisprudencial .

Consta do v. Acórdão: Sem razão, novamente.

Por meio da r. sentença de fl. 34, o r. Juízo der origem declarou a incompetência da Justiça do Trabalho para apreciar a presente demanda, sob o fundamento de que se trata de relação tipicamente civilista.

A parte autora recorreu ordinariamente e, através do v. acórdão de fls. 82/88, esta E. 4ª Turma reconheceu a competência material desta Justiça Especializada para processar e julgar a lide, determinando o retorno dos autos à origem para regular prosseguimento.

Isto posto, resta claro que a matéria já foi decidida por esta instância recursal, que não deve reapreciar o mesmo assunto no mesmo processo, haja vista a preclusão consumativa.

Eventual revisão do tópico impugnado, se for o caso, somente poderá ser promovida pela instância superior.

Arestos provenientes de Turma do TST, deste Tribunal ou de órgão não elencado na alínea "a", do art. 896, da CLT, são inservíveis ao confronto de teses (CLT, art. 896 e OJ 111/SDI-I/TST).

Trata-se de matéria interpretativa e se uma norma pode ser diversamente interpretada, não se pode afirmar que a adoção de exegese diversa daquela defendida pela parte enseja violação literal a essa regra, pois esta somente se configura quando se ordena exatamente o contrário do que o dispositivo expressamente estatui.

Do mesmo modo, não se pode entender que determinada regra restou malferida se a decisão decorre do reconhecimento da existência, ou não, dos requisitos ensejadores da aplicação da norma.

No caso dos autos, o exame do decisum não revela a ocorrência apta a ensejar a reapreciação com supedâneo na alínea "c", do artigo 896, da CLT.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Penalidades Processuais / Multa por ED Protelatórios.

Alegação(ões):



PROCESSO Nº TST-RR-18200-11.2007.5.02.0008

- violação do(s) artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal.
- violação do(a) Código de Processo Civil, artigo 538.

Consta do v. Acórdão:

Sem razão novamente.

Nos embargos declaratórios de fls. 470/471v, a demandante apenas reiterou os argumentos referentes à competência material da Justiça do Trabalho para processar e julgar a ação e apontou a existência de condenação em valor superior ao pleiteado a título de danos morais coletivos.

Percebe-se, portanto, que a demandada atribuiu aos embargos declaratórios típica feição recursal, uma vez que nenhuma das questões impugnadas pode ser enquadrada nas hipóteses tratadas nos artigos 897-A, CLT e 535, CPC.

Se a recorrente pretendia a reforma do julgado, deveria se valer dos meios processuais próprios, sendo que os embargos declaratórios, da maneira como manejados, serviram apenas para protelar a entrega da prestação jurisdicional, mostrando-se correta a aplicação de multa pela oposição dos embargos protelatórios.

Mantenho.

Não obstante as afrontas legais/constitucionais aduzidas, bem como o dissenso interpretativo suscitado, inviável o seguimento do apelo, uma vez que a matéria, tal como tratada no v. Acórdão e posta nas razões recursais, reveste-se de contornos nitidamente fático-probatórios, cuja reapreciação, em sede extraordinária, é diligência que encontra óbice na Súmula n.º 126 do C. Tribunal Superior do Trabalho.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO /
Liquidação/Cumprimento/Execução / Obrigação de Fazer/Não Fazer.

Responsabilidade Civil do Empregador/Empregado / Indenização por Dano Moral.

Alegação(ões):

- violação do(a) Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 373, alínea 'A'.

- divergência jurisprudencial.

Consta do v. Acórdão:



PROCESSO Nº TST-RR-18200-11.2007.5.02.0008

E por óbvio, a lei em questão nada tem de inconstitucional, haja vista que possui fundamento nos princípios da igualdade e dignidade da pessoa humana.

Verifica-se, ademais, que o caso concreto se subsume à hipótese prevista no artigo 373-A, CLT, haja vista que foi fartamente comprovado que a recorrente publicou diversos anúncios de emprego em que se indica preferência em razão de sexo, idade, aparência, experiência, etc. Aliás, trata-se mesmo de fato incontroverso.

Assim, deve ser prestigiada a r. sentença que determinou que a recorrente se abstenha de publicar anúncio de emprego ou estágio que contenha referência ao sexo, etnia, raça, idade, cor aparência, religião, condições de saúde, identidade sexual, situação familiar, estado de gravidez, opinião política, nacionalidade, origem, requisitos de boa aparência ou boa apresentação ou qualquer outra forma de apresentação. A imposição de multa pelo descumprimento da obrigação de não fazer possui fundamento no artigo 461, § 4º, CPC e destina-se a assegurar a efetividade da tutela deferida, promovendo a concretização do princípio da inafastabilidade de jurisdição em seu aspecto material (art. 5º, XXXV, CF).

E, o dano moral coletivo ocorre quando a ofensa atinge a direitos difusos e coletivos. Portanto, cabível a reparação da lesão à coletividade dos trabalhadores, não só pelos danos causados, mas, igualmente, para desestimular tais atos. Isto posto, está correta a r. sentença que condenou a ré ao pagamento de indenização por danos morais coletivos. É devida a reforma somente para limitar a condenação ao valor do objeto fixado na inicial, conforme o princípio da adstrição.

Arestos provenientes de Turma do TST, deste Tribunal ou de órgão não elencado na alínea "a", do art. 896, da CLT, são inservíveis ao confronto de teses (CLT, art. 896 e OJ 111/SDI-I/TST).

Trata-se de matéria interpretativa e se uma norma pode ser diversamente interpretada, não se pode afirmar que a adoção de exegese diversa daquela defendida pela parte enseja violação literal a essa regra, pois esta somente se configura quando se ordena exatamente o contrário do que o dispositivo expressamente estatui.



PROCESSO Nº TST-RR-18200-11.2007.5.02.0008

Do mesmo modo, não se pode entender que determinada regra restou malferida se a decisão decorre do reconhecimento da existência, ou não, dos requisitos ensejadores da aplicação da norma.

No caso dos autos, o exame do decisum não revela a ocorrência apta a ensejar a reapreciação com supedâneo na alínea "c", do artigo 896, da CLT.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Atos Processuais / Nulidade / Julgamento Extra/Ultra/Citra Petita.

Alegação(ões):

- violação do(a) Código de Processo Civil, artigo 128; artigo 459; artigo 460.

- divergência jurisprudencial .

Consta do v. Acórdão:

No caso concreto a parte autora, Ministério Público do Trabalho, promoveu Ação Civil Pública em que pleiteia, dentre outros pedidos, indenização por danos morais coletivos já perpetrados no importe de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) (fl. 25).

Constata-se, ainda, que a r. sentença hostilizada deferiu condenação da ré ao pagamento de indenização por danos morais no importe de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) (fl. 468).

Nada obstante, o princípio da adstrição não pode perder de vista a sistemática que rege a correção monetária em casos de indenização por danos morais. Com efeito, na órbita desta Justiça Especializada, a questão foi pacificada pela Súmula nº 437, C. TST:

SÚM-439. DANOS MORAIS. JUROS DE MORA E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL - Res. 185/2012, DEJT divulgado em 25, 26 e 27.09.2012

Nas condenações por dano moral, a atualização monetária é devida a partir da data da decisão de arbitramento ou de alteração do valor. Os juros incidem desde o ajuizamento da ação, nos termos do art. 883 da CLT.

O que a Súmula sinaliza é que ao fixar o valor da indenização por danos morais o julgador tem em mente o poder de compra da moeda naquele exato momento em que pratica o ato de julgar. Assim, o valor que constará da sentença ou acórdão inevitavelmente já estará atualizado, sendo descabida a incidência de nova atualização a contar da propositura da demanda. Isso,



PROCESSO Nº TST-RR-18200-11.2007.5.02.0008

inclusive, configuraria bis in idem, ou seja, atualização de valores já atualizados.

Porém, o raciocínio também é válido para preservar o direito pleiteado pela parte autora, e não apenas para proteger o eventual executado.

No caso dos autos, o Ministério Público do Trabalho ingressou com a demanda em 02.02.2007 e, por conseguinte, pleiteou indenização por danos morais tendo em mente o poder de compra da moeda na época da propositura. Seria impossível projetar a inflação até a data do julgamento. Ocorre que a condenação em baila decorre de sentença proferida apenas em 08.05.2014. Isto é, o valor proposto na petição inicial sofreu forte defasagem monetária durante o transcurso processual.

Aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, ao período, obtêm-se o montante de R\$ 1.518.040,54. Este é, de acordo com a interpretação a contrario sensu do entendimento consagrado por esta Justiça Especializada, o valor dado ao objeto da pretensão.

Nada obstante, diferentemente do alegado em razões recursais, não se trata de julgamento extra petita, mas sim ultra petita, uma vez que foi deferida apenas quantidade superior à requerida, e não objeto diverso do pleiteado. O provimento do recurso enseja apenas a reforma e não a anulação do julgado.

Reforma para excluir da condenação o valor excedente a R\$ 1.518.040,54, que é o limite da condenação ao pagamento de danos morais coletivos, conforme o princípio da adstrição.

Reforma.

Não obstante as afrontas legais/constitucionais aduzidas, bem como o dissenso interpretativo suscitado, inviável o seguimento do apelo com relação ao julgamento extra petita, uma vez que a matéria, tal como tratada no v. Acórdão e posta nas razões recursais, reveste-se de contornos nitidamente fático-probatórios, cuja reapreciação, em sede extraordinária, é diligência que encontra óbice na Súmula n.º 126 do C. Tribunal Superior do Trabalho.

A r. decisão está em consonância com a Súmula de n.º 439 do C. Tribunal Superior do Trabalho.

O recebimento do recurso encontra óbice no artigo 896, § 7º, da CLT, e Súmula n.º 333 do C.TST, restando afastada a alegada violação dos



PROCESSO Nº TST-RR-18200-11.2007.5.02.0008

dispositivos legais apontados e prejudicada a análise dos arestos paradigmas transcritos para o confronto de teses.

A pretensão não viabiliza o apelo, porquanto os arestos colacionados não abrangem todos os fundamentos adotados pelo acórdão e não abordam situação idêntica à definida pela v. decisão:

No caso dos autos, o Ministério Público do Trabalho ingressou com a demanda em 02.02.2007 e, por conseguinte, pleiteou indenização por danos morais tendo em mente o poder de compra da moeda na época da propositura. Seria impossível projetar a inflação até a data do julgamento. Ocorre que a condenação em baila decorre de sentença proferida apenas em 08.05.2014. Isto é, o valor proposto na petição inicial sofreu forte defasagem monetária durante o transcurso processual.

Aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, ao período, obtêm-se o montante de R\$ 1.518.040,54. Este é, de acordo com a interpretação a contrario sensu do entendimento consagrado por esta Justiça Especializada, o valor dado ao objeto da pretensão.

Assim, revela a sua inespecificidade para o confronto de teses (Súmulas 23 e 296/TST).

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.”

Com razão a reclamada, no tocante ao tema “Incompetência da Justiça do Trabalho”.

Tendo em vista o disposto no art. 114, I, da Constituição da República, o provimento do agravo é medida que se impõe.

Dou, pois, provimento ao agravo interno.

II - AGRAVO DE INSTRUMENTO

1 - CONHECIMENTO

Conheço do agravo, porque atendidos os pressupostos de admissibilidade recursal.



PROCESSO Nº TST-RR-18200-11.2007.5.02.0008

2 - MÉRITO

ATO ILÍCITO QUE PRECEDE À FORMAÇÃO DA RELAÇÃO DE EMPREGO. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

Discute-se nos autos a competência desta Justiça Especializada para processar e julgar ato ilícito discriminatório decorrente da publicação em jornais de grande circulação de publicar anúncios de emprego, pois inexistente relação oriunda de relação de trabalho.

A Constituição Federal é categórica ao definir que compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações oriundas da relação de trabalho (Art. 114, I).

Mostra-se prudente o provimento do agravo de instrumento para determinar o processamento do recurso de revista, para prevenir possível violação do art. 114, I, da Constituição Federal.

Dou provimento ao agravo de instrumento para, convertendo-o em recurso de revista, determinar a reautuação dos autos e a publicação da certidão de julgamento para ciência e intimação das partes e dos interessados de que o julgamento da revista dar-se-á na primeira sessão ordinária subsequente ao prazo de cinco dias úteis contados da data de publicação da certidão de julgamento, tudo nos termos dos artigos 122, 256 e 257 do Regimento Interno desta Corte, combinados com o art. 1º, IX, do ATO SEGJUD.GP nº 202/2019.

III - RECURSO DE REVISTA

1. CONHECIMENTO.

Presentes os pressupostos extrínsecos de admissibilidade recursal, passo ao exame de seus demais requisitos intrínsecos.



PROCESSO Nº TST-RR-18200-11.2007.5.02.0008

ATO ILÍCITO QUE PRECEDE À FORMAÇÃO DA RELAÇÃO DE EMPREGO. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

Em relação ao tema, o TRT assim decidiu:

“EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. REPARAÇÃO ABRANGÊNCIA DE DANO COM NACIONAL. COMPETÊNCIA. Tratando-se de determinar a competência nas ações civis públicas é imperioso aferir a causa de pedir e pedido e, especialmente, se a pretensão de reparação do dano é local, regional ou nacional, com vistas a aplicar as regras dos alts. 2º da LACP e art. 93 do CDC. In casu, a pretensão deduzida na inicial pelo MP foi de condenação da Ré em obrigação de não fazer, consistente em abster-se de veicular anúncios de emprego de caráter discriminatório, segundo alega, em âmbito nacional e estadual (fl. 4), bem como pleiteia danos morais coletivos. A abrangência de condenação em âmbito nacional pretendida na inicial pelo MPT foi por este ratificada na audiência de fl. 138, ao requerer a aplicação da OJ nº 130 da SDI-II do C.TST ao presente caso. Assim, em face da causa de pedir e pedidos formulados na presente ação civil pública, com eventual condenação sobre todo o território nacional, é de se manter a declaração de incompetência deste Tribunal Regional e direcionar os autos a qualquer das Varas do Egrégio Tribunal Regional da 10ª Região, por regular distribuição, por se tratar da exata hipótese contida no entendimento da OJ nº 130 do C.TST: “Ação civil pública. Competência territorial. Extensão do dano causado ou a ser reparado. Aplicação analógica do art. 93. do Código de Defesa do Consumidor. (DJ 0_4. 05.2004). Para a fixação da competência territorial em sede de ação civil pública, cumpre tomar em conta da extensão do dano causado ou a ser reparado, pautando-se pela incidência analógica do art. 93 do Código de Defesa do Consumidor. Assim, se a extensão do dano a ser reparado limitar-se ao âmbito regional, a competência é de uma das Varas do Trabalho da Capital do Estado; se for de âmbito supra-regional ou nacional, o foro é o do Distrito Federal.” Afasta-se, igualmente, a alegação de eventuais prejuízos à ré, pelo deslocamento da ação para jurisdição diversa do local em que se encontra sediada, vez que se trata de empresa que atua em âmbito nacional, com publicações em todo o país. Desse modo, se dispõe de meios



PROCESSO Nº TST-RR-18200-11.2007.5.02.0008

para promover negócios com tal abrangência, igualmente poderá exercer, sem maiores transtornos, seu regular direito ao contraditório e à ampla defesa, com a produção das provas que se fizerem necessárias no Distrito Federal, na Vara a que couber o feito por distribuição. Não há falar, portanto, em violação ao devido processo legal, tratando-se de hipótese de mera aplicação, do procedimento adequado ao caso particular da ação civil pública que tutela direito de âmbito nacional, movida em face de empresa que, igualmente, tem ação negocial em esfera nacional.”

(Sem grifo no original)

O art. 114, I, da Constituição Federal dispõe sobre a competência da Justiça do Trabalho:

“Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:

I - as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II - as ações que envolvam exercício do direito de greve;

III - as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores;

IV - os mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas data*, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição;

V - os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, o;

VI - as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho;

VII - as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho;

VIII - a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir;

IX - outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei”.

A presente ação tem por escopo coibir jornal de grande circulação de publicar anúncios de emprego e de estágio entendidos como discriminatórios.

A questão relativa à discriminação nos anúncios de vagas de emprego é questão que precede à formação da relação de emprego,



PROCESSO Nº TST-RR-18200-11.2007.5.02.0008

ou seja, não há empregador ou empregado nem controvérsias decorrentes da relação de trabalho.

Diante desse contexto, o acórdão do Regional, ao admitir a competência da Justiça do Trabalho violou o art. 114 da Constituição Federal, o que impõe o conhecimento do recurso de revista.

Nesse sentido, cito precedente desta e. Turma:

"PRELIMINAR DE NULIDADE POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. A manifestação do Tribunal Regional sobre os pontos suscitados no Recurso Ordinário significa prestação jurisdicional plena, não ensejando, pois, declaração de nulidade. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PRETENSÃO DE COIBIR OS JORNAIS DE GRANDE CIRCULAÇÃO DE PUBLICAR ANÚNCIOS DE EMPREGO E DE ESTÁGIO COM CARÁTER DISCRIMINATÓRIO. Não se vislumbra hipótese de a presente demanda – Ação Civil Pública com pretensão de coibir os jornais de grande circulação de publicar anúncios de emprego e de estágio - ser abarcada pela competência da Justiça do Trabalho, porquanto não se trata de ação oriunda de relação de trabalho, uma vez que não há lide entre empregado e empregador, nem tampouco de outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, justamente, como dito, porque não há relação de trabalho. A questão relativa à discriminação nos anúncios de vagas de emprego ou estágio não é nova, e, de fato, desafia a atuação pronta e efetiva do Ministério Público. Todavia, trata-se de questão que precede à formação da relação de emprego, não decorrendo de nenhuma relação de trabalho. Recurso de Revista de que se conhece em parte e a que se dá provimento"

(RR-96000-63.2008.5.02.0014, 5ª Turma, Relator Ministro João Batista Brito Pereira, DEJT 28/10/2011).

Conheço, pois, do recurso, por violação ao art. 114, I, da Constituição Federal.



PROCESSO Nº TST-RR-18200-11.2007.5.02.0008

2. MÉRITO

2.1. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Conhecido o recurso de revista por violação ao art. 114, I, da Constituição Federal, dou-lhe provimento para restabelecer a sentença quanto à incompetência da Justiça do Trabalho.

ISTO POSTO

ACORDAM os Ministros da Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade: I - **dar provimento** ao agravo interno interposto pelo reclamada para examinar o agravo de instrumento em recurso de revista; II - **dar provimento** ao agravo de instrumento do reclamada, para, convertendo-o em recurso de revista, determinar a reautuação dos autos e a publicação da certidão de julgamento para ciência e intimação das partes e dos interessados de que o julgamento da revista dar-se-á na primeira sessão ordinária subsequente ao prazo de cinco dias úteis contados da data de publicação da certidão de julgamento, tudo nos termos dos artigos 122, 256 e 257 do Regimento Interno desta Corte, combinados com o art. 1º, IX, do ATO SEGJUD.GP nº 202/2019; III - **conhecer** do recurso de revista quanto ao tema "incompetência da Justiça do Trabalho", por violação do art. 114, I, da Constituição Federal, e, no mérito, **dar-lhe provimento** para restabelecer a sentença quanto à incompetência da Justiça do Trabalho. Prejudicado o exame dos demais temas.

Brasília, 11 de março de 2020.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

JOÃO PEDRO SILVESTREIN
Desembargador Convocado Relator